

Entre Celtas e Germânicos: a odisséia de Artur no imaginário medieval

Prof. Marcus Baccega

Mestrando em História Social, USP
marcusbaccega@uol.com.br

Resumo

O presente ensaio pretende discutir a tradicional tese da procedência céltica das narrativas e mitos concernentes ao Rei Artur e ao Santo Graal, com lastro, principalmente, na vasta obra de Heitor Megale, reconhecido como maior autoridade em estudos de *A Demanda do Santo Graal* no universo luso-brasileiro. À origem celta advogada por Megale, este trabalho contraporá as recentes investigações antropológicas e lingüísticas dos antropólogos norte-americanos Scott Littleton e Linda Malcor. Suas conclusões recolocam as origens remotas do Santo Graal e de Artur em uma cultura ancestral, que se espalhou por toda a área eurasiática, e permaneceu por tempos incógnita: o espólio alamanco das sagas *Nart*. A partir desta interface, sugere-se que os mitos arturianos desenvolveram-se, efetivamente, a partir de uma matéria-prima alamanca, que então se fundiu a tradições celtas e greco-romanas durante o período medieval; hibridação mediada pelo Cristianismo e levada a efeito no contexto da dialogia entre cultura letrada de alto repertório e cultura oral popular.

Palavras Chave: Canções *Nart*, alamanos, celtas.

Abstract

The present essay intends to discuss the traditional thesis of the Celtic origin of the narratives and myths concerning King Arthur and the Holy Grail, mainly based upon the work of Heitor Megale, recognized as the most important scholar authority in terms of Arthurian studies in the Portuguese and Brazilian worlds. This Celtic origin postulated by Megale shall be contrasted, in this paper, with the recent anthropological and linguistic studies of the American anthropologists Scott Littleton and Linda Malcor. Their assumptions place the remote origins of the Holy Grail and King Arthur in an ancient/ancestral culture, which spread throughout the Eurasian area and remained unknown for much time: the Alamannic *Nart* sagas. From this interface, it is suggested that the Arthurian myths have actually developed from that Alamannic matter, which blended with Celtic and Greco-Roman heritages during the Middle Ages. Such hybridization was mediated by Christianity and accomplished in the context of the dialogue between erudite literacy and popular orality.

Keywords: *Nart* sagas, Alamanni, Celts.

INTRODUÇÃO

O propósito deste breve ensaio consiste em discutir a genealogia dos mitos medievais acerca do Rei Artur e do Santo Graal (a denominada Matéria da Bretanha ou Ciclo Arturiano), a partir do instigante antagonismo instaurado entre os eruditos arturianos desde que os antropólogos norte-americanos Scott Littleton e Linda Malcor confutaram a tese canônica das origens celtas deste *topos* do imaginário medieval.

Para tanto, o estudo procura, a par de revisitar as teses clássicas sobre a gesta do imaginário arturiano, evidenciar as razões por que a proposta dos mencionados eruditos norte-americanos ostenta méritos para ser ao menos investigada e, eventualmente, ensejar uma ruptura de paradigma nos estudos do itinerário do Santo Graal, de suas obscuras origens alamanas até a posição de centralidade nas estruturas mentais do Ocidente, na longa duração. Nestes termos, propõe-se a investigação do livro *From Scythia to Camelot*, dos professores de Antropologia do Occidental College da Universidade de Los Angeles, Linda Malcor, antropóloga especialista em etnolingüística, e Scott Littleton, em contraste com o célebre estudo de Heitor Megale (Universidade de São Paulo), que propunha pela genealogia celta dos mitos arturianos.

À evidência, não se pretende por ora equacionar em grau peremptório a presente discussão, que deverá ainda ser acalentada e suscitar debates e controvérsias entre medievalistas de distintas referências teóricas e metodológicas. Trata-se, em um escopo muito mais modesto, de apresentar o atual estado do debate e aportar os elementos de convicção que conduziram o autor deste ensaio a esposar a tese da ascendência germânica da Matéria da Bretanha.

I. A TESE CÉLTICA DAS ORIGENS ARTURIANAS: MERLIN, O DRUIDA

A vinculação entre os motivos arturianos e a cultura celta incrustou-se não apenas entre os eruditos devotados a tal esfera de investigação, senão que se consolidou no plano das representações coletivas das formações sociais ocidentais, em cujo seio ocupa um lugar privilegiado de evocação nostálgica de nossas raízes medievais. Trata-se também de uma tentativa de retorno a esta ancestralidade celta dos povos europeus e de origem européia, em grande medida incógnita, envolta em mistérios e, por conseguinte, matéria-prima para inúmeras apropriações iniciáticas e esotéricas.

Como assinala Heitor Megale, em *A Demanda do Santo Graal*: das origens ao códice português, a primeira referência à Távola Redonda ocorre em uma hagiografia bretã, redigida em latim, a *Legenda Sanctii Goeznovii*. Para o ilustre professor da Universidade de São Paulo, a ocorrência bretã faz-se anteceder por extensa produção textual efetuada no lastro da cultura celta, especialmente nas regiões das Ilhas Britânicas e na Armórica (território da Gália celta hoje correspondente à Bretanha francesa).

Associando os mitos arturianos à cultura oral dos celtas, Gaston Paris afirma, em *Tristan et Iseult*:

Não há, na história literária do mundo, fenômeno mais tocante que esta conquista poética da Europa romana e germânica por um pequeno povo obscuro, desprezado, caçado para além dos mares ou precipitado a um canto de seu antigo domínio, impondo a seus vencedores, ou a povos para os quais seu nome era ignoto, seu ideal e seus heróis, a música em que se

exprimiam sua alma e seus sonhos, em que havia buscado as alegrias de sua imaginação e a consolação de suas dores (tradução nossa).¹

Sem olvidar o fato de que este entusiasmo do erudito oitocentista deve-se, em alguma proporção, à veleidade própria ao Romantismo do século XIX, de elaborar, para as nações européias, narrativas identitárias ambientadas na Idade Média, então idealizada como *locus* mítico das origens, como exemplifica a vinculação imaginária entre os franceses e os antigos celtas da Gália romana, a preleção de Gaston Paris apresenta relevância para a presente discussão.

Sendo consensual a transmissão do espólio arturiano por meio da oralidade, Heitor Megale cogita a possibilidade de uma influência de narrativas celtas galesas sobre os ciclos de compilação, versificação e prosificação da Matéria da Bretanha nos séculos XII e XIII. Neste sentido, uma referência residual seriam os contos compilados sob o epíteto de *Mabinogion* (contos para a infância). O próprio autor reconhece, entretanto, problemas de datação referentes a tal compilação, o que o prefácio de Ivo Castro a seu livro também evidencia, acrescentando que a associação dos *romans* de autores bretões como Chrétien de Troyes e Robert de Boron ao *Mabinogion* enfrentaria problemas também de definição do vetor de influência. Como as narrativas celtas apenas se fizeram conhecer tardiamente, podem ser antes tributárias das lendas arturianas que suas ancestrais (Megale 2001: 15, 16).

Ao focar o itinerário dialógico entre oralidade e escrita, em que se insere a gesta do *corpus* arturiano, Megale discerne, ao longo do segundo terço do século XII, a emergência de uma literatura letrada, destinada à leitura, ao norte da França. Trata-se, a seu visor, de uma literatura propriamente dita, oposta às canções de gesta e ao gênero paralitúrgico, sendo seu *corpus* composto por longas narrativas fictícias. No século XV, passagens da *Crônica de Dom João I*, de Fernão Lopes, e da *Chronica do Condestabre de Portugal Nuno Álvares Pereira*, confirmam a hipótese de que a Matéria da Bretanha atingiu todos os estratos sociais, por intermédio da geração de diversas cópias, a ponto de encontrarem-se guerreiros recontando sua saga em vigílias de batalhas. Sua transmissão, sobretudo em contextos como o português e o francês, encontrava-se livre das injunções do canto, pois as narrativas já contavam com recursos próprios (Megale 2001: 30, 31). A tal respeito, também Richard Barber alega que os mitos do Graal conheceram imediato sucesso popular, podendo-se identificar quinze manuscritos e quatro fragmentos em apenas cerca de cinquenta anos após a primeira versificação, da lavra de Chrétien de Troyes, forjando versões distintas, não fundadas sobre uma base homogênea, mas todas permeadas por elementos doutrinários cristãos (Barber 2004: 25).

As novelas de cavalaria de temática arturiana implicaram, por outro lado, uma evolução marcante de gêneros narrativos na produção cultural medieval. Neste ponto, convém ressaltar o anacronismo em que se incorreria ao vislumbrar tal *corpus* como literatura, sobretudo em virtude de que a Matéria da Bretanha não se presta a uma cisão, hoje reputada científica, entre ficção e história, já que as personagens migram incessantemente pelos dois universos (Megale 2001: 30).

Tal constatação evidencia-se na análise de obras medievais como a *Historia Britonum* (Nenius), a *Gesta regum anglorum*, em que William of Malmesbury apresenta Artur e seu sobrinho, Galwain, como personagens históricas referidas à narrativa das origens da monarquia britânica, confirmando suas virtudes guerreiras e denegando as expectativas messiânicas acerca do retorno do rei da Ilha de Avalon. Ademais, em *Historia regum Britanniae*, Geoffrey of Monmouth alude, a par das virtudes bélicas do herói, à sua generosidade, datando sua ascensão ao trono de Logres aos 15 anos de idade, predicando-lhe o mesmo estatuto de figura histórica atribuído a Carlos Magno. Também se encontram

alusões à corte de Artur na *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*, do Venerável Beda (Megale 2001: 30, 31).

Outrossim, as narrativas envolvendo os motivos do Rei Artur e do Santo Graal determinaram a superação das canções de gesta e a emergência do *roman*, a novela de cavalaria característica da Idade Média Central (séculos XI ao XIII). Essa espécie novelesca não deve ser confundida com a noção hodierna de romance como narrativa afeita à convenção de ficcionalidade da Literatura. Com efeito, o vocábulo *roman* adveio da expressão *mettre en roman*, vale afirmar, traduzir determinado corpus do latim para os idiomas neo-românicos que timidamente florescem a partir do século VIII e afirmam-se na Idade Média Central, denotando o fenômeno medieval da diglossia (Megale 2001: 36). Destarte, a existência de expressões como *romanice loqui*, do latim clássico, ou os derivados *fabulare* e *parabolare romanice* confirmam a etimologia do *roman*.

Ao inverso, Heitor Megale postula que, nas canções de gesta, a ficção é um dos níveis de existência do texto, parcialmente determinado por exigências rítmicas da transmissão oral, mas em *A Demanda do Santo Graal*, para ater-se ao principal do *corpus* arturiano, converte-se no único nível, por via da cultura escrita. Consoante o autor, a narração tende a configurar um real exterior e representá-lo como discurso. Tal gênero narrativo passou a denominar-se *roman*, originado na linhagem de tradições cunhadas pelas canções de gesta, então transitando para a extinção progressiva, e pela historiografia. O *roman* engendraria novos horizontes de expectativa dentro de uma sociedade em efervescência, assumindo e promovendo seus valores.

Neste lastro teórico, as canções de gesta revelavam uma verdade do enunciador, proclamada e reverberada de forma circular e sempre idêntica ao próprio canto. Destarte, como assinala Megale, o cantor procura integrar o caos do vivido em uma ordem, e encerrar as dúvidas em uma moldura de justiça. Ademais, o diálogo – evidentemente virtual – do cantor com seu público, estatuiria uma duração permanente, ou uma intemporalidade, ao conteúdo narrado. Este fenômeno decomporia, por conseguinte, a narrativa em células relativamente autônomas que se sucedem, por vezes ordenadas em conjuntos justapostos cuja progressão, absolutamente não linear, seria percebida por paralelismo e repetições, que, entretanto, não elidem as contradições entre os episódios singulares.

A argumentação de Heitor Megale desenvolve-se no sentido de acentuar que, a partir da esvaecência das canções de gesta, instaura-se uma clivagem entre os escritos históricos, consagrados pelo gênero dito historiográfico, e a produção ficcional dos *romans*. Se as canções de gesta apresentam uma circularidade do canto, que se perfaz por uma captação do espólio memorial da sociedade, Megale está plenamente correto em inferir que se instaura uma realidade de expressão coletiva de que muitos homens participam, mediados pelo cantor. Destarte, não apenas se reflete uma camada de historicidade sentida como tessitura real, porém se verifica uma compensação, ao nível mito-poético, pela ruptura entre o vivido e o imaginado em uma sociedade regida pela oralidade. Enfim, a história seria ratificada, mas simultaneamente convertida em ficção, por intermédio da rigidez do discurso e da proeminência de um estilo formal e seus recortes (Megale 2001: 32, 33).

Acerca da mesma transição de gêneros, observa Erich Auerbach que a linguagem do *roman* mostra-se mais maleável, plena de movimento no enredo, o que permite a propositura de um suporte escrito mais ágil para narrar os conteúdos então havidos por ingênuos. (Auerbach 2001: 124). Releva destacar que as canções de gesta instauram, ao nível da cultura letrada, o fenômeno nitidamente medieval, sobretudo entre os séculos VIII e XIII, da diglossia, que assinala a clivagem entre *litterati*, manusedaores da cultura de alto repertório, versada em latim, e os *ilitterati*, que cultivavam tradições orais híbridas de um espólio ancestral germânico, céltico e greco-romano, fundido pela mediação da tradição judaico-cristã. Auerbach reporta-se, ainda, à sofisticação da linguagem empregada nas novelas de

cavalaria, de forma tão espontânea e fluente, o que consitiu um primeiro momento de sofisticação gradativa da escrita em idioma vernáculo, que redundaria nas obras-primas de Dante (Auerbach 2001: 124).

Por conseguinte, a transição da canção de gesta para os gêneros da historiografia e do *roman* encerraria uma sorte de ruptura dos liames da narrativa com a memória coletiva, coevo a um desejo emergente por um conhecimento não ficcional, porém marcado pela História, assumindo o antigo ouvinte uma condição similar àquela de um aluno consentido. Megale destaca, ainda, que a Antigüidade legou à Idade Média uma concepção moral do discurso sobre a História, implicando uma moldura do discurso como exposição estilizada e persuasiva destinada à instrução e conversão dos hábitos sociais. Eclipsada durante a primeira época feudal, tal tradição seria retomada em tempos de desenvolvimento político do Sacro Império Romano Germânico, em fins do século XI (com destaque para a região da Lotaríngia). Seu renascimento, outrossim, ocorreu no século XII, sendo que a ela aderiram os anglo-normandos, quando de sua expansão pela Grã-Bretanha e Itália, sendo tal tendência consignada pelo inegável impacto das Cruzadas. Nestes termos, seria possível pensar os mitos do Graal e do Rei Artur como autêntico corpus literário medieval.

A tal propósito, pondera Erich Auerbach que as aventuras e lugares, cidades ou castelos, apresentados pelas novelas de cavalaria seriam, efetivamente, ficcionais, referindo-se aos mesmos como *Märchenland*, ou terras de fábulas ou contos, emersas do chão, por não apresentarem fundamento geográfico e suas bases econômicas e sociológicas permanecem inexplicadas². Mesmo seus significados morais e simbólicos permaneceriam, em certa medida, incógnitos.

Entretanto, a compilação das novelas de cavalaria não se destinava à elaboração de uma narrativa ficcional, senão à consagração de um discurso retórico, persuasivo, vocacionado para a doutrinação cristã, por exemplo de vastas populações celtas ainda pagãs no século XII. Nestes termos, torna-se possível configurar os *romans* arturianos como grandes *exempla*, direcionados para a normatização das condutas sociais por parte da *ordo clericalis*, de cujos estratos intermediários advieram, com grande probabilidade, compiladores como Chrétien de Troyes e Robert de Boron.

Como assinala o próprio Auerbach, as novelas de cavalaria da Idade Média Central (séculos XI a XIII) encetam uma auto-representação do estamento guerreiro, seja em suas formas ideais de vida ou nas reais, neste sentido afastando-se da nebulosidade dos contos fabulosos, o que faculta vislumbrar, nos mesmos, um inventário dos hábitos sociais e mentais da cavalaria. Neste lastro, preponderam as feições de um *ethos* guerreiro, que propicia um elo de auto-reconhecimento para os cavaleiros (Auerbach 2001: 130). Tal *ethos* feudal não se articula a qualquer função prática, tornando-se absolutizado. Determinados episódios dos *romans* explicitam, ao viso desse autor, o essencial das características cavaleirescas, de seus rituais e seu estilo de vida singular. As narrativas novelescas propõem, então, uma moldura mais rígida, elegante e elaborada, e mesmo isolante, que aquela ofertada pelas canções de gesta (Auerbach 2001: 127). O *roman* retrata, ademais, o processo centro-medieval de singularização da pequena nobreza guerreira perante os demais estratos coevos, caracterizados, nas narrativas cavaleirescas, como grotescos, cômicos.

A palavra “vassalagem” (*vassalage*), que ainda desempenha função relevante em obras como a *Canção de Rolando*, parece evadir-se nos *romans*. No lastro da transição entre as canções de gesta e as novelas de cavalaria, ainda se encontram somente três referências à vassalagem em *Eric et Enide*, além de uma em *Cligès* e a derradeira em *Lancelot du Lac*, todas atribuídas a Chrétien de Troyes. O vocábulo então aduzido seria “cortesia” (*courtoisie*), imprescindível para se compreender a representação ideal projetada pelos cavaleiros sobre seu próprio estrato social. Na mencionada *Canção de Rolando*, por exemplo, apenas o adjetivo *courtois* (*cortês*) aparece, denotando cristalinamente a adequação das narrativas novelescas às

cortes principescas e senhoriais, razão pela qual ostentam um conteúdo idealizado, permeado por um refinamento das pugnas, das relações cortesãs e da própria vassalagem amorosa (*Frauendienst*). Essa idealidade traduz-se, de fato, tanto pela ausência de um propósito prático para a existência cavaleiresca, como pelo anelo de uma perfeição categorial. Como ressalta Auerbach, as virtudes cavaleirescas não se cingem aos atributos de nascimento, senão se perfazem a partir do cumprimento das obrigações inerentes ao estamento nobre, sendo necessária a educação cavaleiresca (*Erziehung*) e sua comprovação social (*Erprobung*). A aventura, uma forma cortesã de existência, emerge, precisamente, como circunstância social propícia para tal verificação

Evidentemente, há tons maravilhosos e periculosos identificáveis na produção escrita anterior ao *roman*, que assinalavam a precipitação do guerreiro aventureiro em contextos longínquos em relação ao mundo conhecido, bem como a presença do maravilhoso, fosse demoníaco ou divino, no próprio universo habitual, além de figuras de heróis incumbidos de trespassar os perigos da aventura, exibindo virtudes como força e astúcia, bem como contando com o amparo divino. Todavia, o fato de uma camada social especificamente gestada no período da Idade Média Central avocar como sua tarefa precípua o desempenho das aventuras e a superação de seus óbices, é algo absolutamente inaugural. O *roman* cavaleiresco, sobretudo as narrativas da Matéria da Bretanha, será o repositório privilegiado para o tema, ensejando a forja de um mundo do maravilhoso cavaleiresco.

Sendo, no entender de Erich Auerbach, narrativas fantasiosas, desprovidas de fundamentos materiais e impassíveis de aquilatar nos moldes de uma doutrina, sistema ou ordem política e jurídica discerníveis, sua análise não se deve eivar de um conceito contemporâneo – por conseguinte anacrônico – de aventura, que induziria a vislumbá-las como casuais ou aleatórias (Auerbach 2001: 131).

Por todas as razões aventadas, Auerbach assevera que a técnica dos versos octassílabos, empregados nas primeiras versificações romanescas, presta-se a qualquer matéria-prima, qualquer que seja seu objeto ou camada de linguagem, bem como a extensão dos sentimentos e pensamentos expressos. Nestes termos, destinam-se, com propriedade, tanto para farsas burlescas (*Schwänke*) como hagiografias (*Heiligenlegenden*). É notório, por outro lado, como as narrativas novelescas abordam os temas mais sérios com uma linguagem que Auerbach reconhece, acertadamente, como infantil, ingênua, denotando uma separação apenas incipiente com relações aos falares populares, vale afirmar, à oralidade.

Concernendo o gênero historiográfico, florescem obras desejadas pelas incipientes formações monárquicas da Idade Média Central, entre os anos de 1140 e 1150, justamente destinados a estruturar uma mitologia das origens antigas das famílias reinantes, legitimando-se seu poder a partir da glorificação de suas virtudes régias e guerreiras. Neste aspecto, a historiografia testemunharia a positividade das transformações sociais em curso perante uma população mais afeita às glórias pretéritas e que teme um devir ainda incógnito e incerto. A função retórica do gênero historiográfico, como acertadamente avalia Heitor Megale, seria justamente suscitar o anelo da metamorfose, por meio de um artifício tópico de integração simbólica do passado no presente vivido, quando da elaboração desses discursos mitológicos e identitários. Não se poderia evitar que o pretérito sofresse, de modo inelutável, uma desintegração, ao ser apropriado pela *ordo repraesentationis* instaurada pela historiografia (Megale 2001: 32, 33).

Exatamente como ocorria com as novelas de cavalaria, a historiografia apela para o transcendente para consignar um sentido para a existência telúrica, propondo significados teológicos e escatológicos para os eventos pretéritos narrados. Muito além de uma simples descrição ou elenco de episódios, o gênero em tela consagra um conhecimento que, no entender de Megale, enriquece as experiências efetivamente vividas ao integrar-se às mesmas (Megale 2001: 32, 33).

Heitor Megale reconhece que seria no lastro da historiografia que se gerariam as primeiras formas de *roman*, de que seriam exemplos longas narrativas francesas em verso, como *Floire et Blancheflor*, a versão primeva de *Tristan* e o evadido *Apollonius de Tyr*. Sua influência principal adveio da *auctoritas* de textos clássicos como a *Tebaida* de Estácio ou a *Eneida*, de Virgílio. Para Megale, essas obras introduziriam um elemento de distanciamento ou alteridade espaço-temporal, na medida de suas alusões aos celtas e a localidades como Tiro, no Mediterrâneo oriental. Tal ciclo primordial de versificação das narrativas novelescas pode ser datado entre os anos de 1150 e 1175, exibindo motivos arturianos recorrentes entre as populações celtas.

A produção destas formas arcaicas de *roman* originou-se nos domínios continentais dos Plantagenetas, onde também se havia desenvolvido a historiografia. Um novo estrato senhorial, nessas áreas de maior estruturação política, percebe a nocividade da guerra e a correspondente ética veiculada pelas canções de gesta. Ao mesmo tempo em que clérigos e cavaleiros instruídos aspiram a liberar-se da palavra poética, a partir do fenômeno das escolas medievais, cria-se o prazer pelo códice, pelo texto em prosa, em torno do qual se desenvolve, inclusive, uma forma de comércio. As próprias autoridades políticas passam a comunicar-se por textos escritos com seus vassallos (Megale 2001: 34, 35). Nos territórios britânicos, a monarquia normanda instaurada por Guilherme, o Conquistador, desde seu triunfo na Batalha de Hastings (1066), incentivou a compilação e reprodução de temas e motivos arturianos para atrair a simpatia das populações bretãs e elidir a anterior hegemonia saxã, proveniente das penetrações de anglos e saxões na transição entre os séculos V e VI da Era Cristã.

De fato, a invasão normanda às Ilhas Britânicas assinalou o primeiro contato direto entre o universo latino continental e os remanescentes principados celtas ainda autônomos, o que implicou a transgressão das fronteiras entre os mundos celta e saxão no século XI d.C., revelando a hibridação étnica e cultural entre celtas, normandos e germânicos na região. Entretanto, importa considerar a observação de Richard Barber acerca da incerteza de que os celtas tenham sido responsáveis pela difusão das narrativas arturianas, que atingiram distantes regiões como a Sicília. Essa posição sustentava-se na hipótese de que tradutores celtas, como as figuras semi-anônimas de Bledri e Bledhericus, teriam difundido a Matéria da Bretanha, o que não se pode comprovar, seja pela ausência de um corpus documental ou pelo esvaecer de pistas acerca dos eventuais tradutores. Os motivos arturianos, ao contrário, eram parte do imaginário coevo também no continente (Barber 2004: 11).

Todavia, a difusão dos motivos arturianos parece haver despertado, entre as populações bretãs, o anelo de resgate de um glória celta então imaginada, o que implicou a necessidade de a monarquia normanda enfrentar o messianismo em torno da figura de Artur. O mesmo se vinculava, fundamentalmente, à Abadia de Glastonbury, que reunia escritos de origem céltica e muitos monges irlandeses. A partir do século XII, a fabricação da coincidência do túmulo de Artur com o território de Glastonbury propiciou a difusão das narrativas arturianas por diversos estratos sociais, o que se denota pela alusão ao regresso messiânico de Artur e à própria Távola Redonda no *Roman de Brut* (1155), do normando Wace (Megale 2003: 18).

Assim como as primeiras expressões do gênero historiográfico, os primeiros *romans* cavaleirescos seriam escritos em versos octassílabos, de rimas paralelas e sem estrofes definidas, o que exclui o canto, bem como a fragmentação dos versos ordenados em estrofes. Isto implica uma forma de inflexão do texto sobre si mesmo, ou no entender de Heitor Megale, uma “concentração sobre a intenção formalizante” que determina tais textos. Vislumbra-se, portanto, um primevo desenvolvimento da prosa, que se constitui no século XIII, tanto nas novelas de cavalaria como na historiografia. Como resulta evidente, esses textos são multifacetados, recebendo acréscimos e continuações. Ademais, mostram-se independentes do ritmo poético, que conferia unidade à canção de gesta a partir do ato único e

real da voz, que é ato de sua produção, portanto. O novo paradigma de texto desvela uma finalidade, não mais coincidente com a expressão da voz mesma da comunidade que o ouve, senão tendente a descrever o mundo para essa comunidade, para aprofundar um elo fictivo, artificial mesmo, entre o passado da memória e o futuro que ainda se deve desenhar (Megale 2001: 35, 36).

Megale assevera, acertadamente, que o imaginário medieval observa-se pervadido por uma concepção transcendental e espiritual da realidade, o que possibilita a adequação das idealizações novelescas àquilo que se pretende como realidade histórica ou verdade. A mencionada ausência de diferenciação, na produção escrita centro-medieval, entre ficção e história vislumbra-se ratificada pelo próprio Heitor Megale ao assinalar que, nos idiomas vernáculos neo-românicos, não havia qualquer vocábulo distintivo entre os textos historiográficos e as novelas de cavalaria. Portanto, termos como *roman* e *estoire* são intercambiáveis (Megale 2001: 36-38).

Megale argumenta que o século XII testemunhou uma progressiva dissociação entre as narrativas novelescas e historiográficas, à proporção da emergência de uma cultura folclórica, até então proscribida dos textos em virtude da autoridade dos cânones da Antigüidade Clássica. Essa cultura permearia as formas de sensibilidade e imaginação centro-medievais, realizando uma apologia de forças naturais e um questionamento da razão humana, elevada à condição de similitude em relação a Deus pela teologia tomista. O autor em pauta concebe que o *roman* surge para reintroduzir ordem a tal caos folclórico, assim denotando sua intenção moralizante (Megale 2001: 36-38). Neste lastro, também Richard Barber pondera que, ao integrar elementos pretéritos à narrativa, Chrétien de Troyes pretende, com efeito, descrever e configurar a circunstância contemporânea a partir de uma normativa clerical. Por tal razão, o enredo observa-se ambientado em Camelot, na corte de Artur, à exceção do primeiro *roman*, *Cligès*, em que surge Perceval pela primeira vez (Barber 2004: 12). Essas narrativas novelescas escapam aos lugares-comuns do cotidiano cavaleiresco, muitas vezes, com recurso às intrigas amorosas, que delineiam, no público receptor, seja erudito letrado, ou oral popular, uma expectativa quanto ao desenlace da trama (Barber 2004: 13).

Entretanto, Heitor Megale ressalta uma espécie de “racionalismo poético progressivo”, que enseja a tendência do *roman* para um conteúdo histórico, considerando a dimensão temporal, apesar da prevalência de uma lógica não linear na narrativa, do imprevisível e do fantástico. A progressão, entretanto, ruma para algo esperado, ainda que momentaneamente ignorado, o que direciona a seqüência de causalidades para uma ambigüidade desejada. Ora, o maravilhoso medieval é reputado parte inseparável da realidade telúrica, fruindo do mesmo estatuto ontológico que os ditos “fatos históricos” para os homens e mulheres da Idade Média.

Para o que concerne à presente discussão, a primeira versificação dos mitos arturianos, de lavra de Chrétien de Troyes (*Le chevalier de la charrete* e *Perceval ou le conte du Graal*) representaram o ponto de inflexão e ruptura que definiriam o advento das novelas de cavalaria, associando-as ao tema do *fine amor* ou amor cortês, acalentado pelas cantigas líricas de amor de origem provençal. Esse modelo de *roman* e a ética amorosa por ele veiculada são reputados por Megale como um “fato de civilização” (Megale 2001: 39, 40).

Richard Barber assinala que as dedicatórias de novelas como as presentes em *Le chevalier de la charrette* ou em *Perceval ou Le conte du Graal* revelam familiaridade de Chrétien de Troyes em relação às cortes principescas de Flandres e da França boreal. Uma de suas compilações seria dedicada a Maria, condessa da Champanha, antes de suas núpcias em 1159, sendo o derradeiro escrito de sua autoria endereçado a Felipe, conde de Flandres, anterior a seu ingresso na Terceira Cruzada, em 1191. Seus detalhes acerca das Ilhas Britânicas sugerem, igualmente, que frequentasse a corte anglo-normanda de Henrique II (Barber 2004: 10).

Pensa-se que Chrétien de Troyes possa ser vislumbrado como lídimo representante daquilo que Jean-Claude Schmitt define como cultura intermediária, vez que se indica que o prelado francês traduziu Ovídio, denotando conhecimentos de latim. Afirma Barber que “*Chrétien não foi membro de qualquer círculo erudito hermético, porém o cronista do mundo dos emergentes cavaleiros, cujos louvores cantou e cujos ideais, em alguma medida, inventou*”³ (tradução nossa) (Barber 2004: 10). Nestes termos, ao cantar as proezas cavaleirescas em torneios e justas, portanto não na guerra, rompe com a tradição das canções de gesta da Alta Idade Média (séculos VIII a X). As últimas aludem à beligerância generalizada na ordem feudal, glorificando, precisamente, os nobres insubordinados à vassalagem régia. Outro *topos* dos romans cavaleirescos, o amor cortês, consagra a esfericidade das personagens, envolvidas em aventuras e relações amorosas, inclusive por vezes clandestinas. Não por acaso, as figuras centrais do *roman* serão o herói e sua enamorada, cujas peculiaridades são expostas e mesmo analisadas ao longo da narrativa, o que atinge um clímax quando de um monólogo da heroína em que se finge um debate com o cavaleiro acerca do estatuto da relação amorosa.

Heitor Megale ainda assevera que a configuração desse *ethos* amoroso em Chrétien de Troyes e seus sucessores, mais que uma representação do real ou uma ficção social de natureza literária, estatui um liame discursivo indissolúvel entre o sofrimento cavaleiresco na pugna e o sentido erótico, de sorte que, entre dois tempos da narrativa, o amor é diferido e o desejo ocupa todo este intervalo. Amor e combate são estruturas ou virtudes que se projetam e desvelam por dois planos metonimicamente unidos, de episódio a episódio, resultando um conjunto complexo de ações e imagens, projetadas sobre a dimensão denominada História. A maior ou menor interpenetração entre amor e combate parece determinar dois modos de realização da novela de cavalaria, consoante exprime Megale. Quantos aos *romans* que orbitam o Graal, em que o erotismo tende a sublimar-se para a exaltação mística, a referência ao *fine amor* permanece subjacente, mas não se esvai (Megale 2001: 40).

A obra legada por Chrétien de Troyes seria objeto, como assevera Barber, de um amplo circuito de apropriação por estratos iletrados e intermediários, incitando a imaginação de leitores e ouvintes, o que resultou em três versões continuadoras de seu *corpus*. A diversidade dessas versões demonstra a amplitude e a pluralidade das leituras e audições da Matéria da Bretanha na Idade Média Central (séculos XI a XIII)⁴. Certos códices apresentam, ainda, uma quarta continuação, possivelmente alternativa à terceira modalidade, interpolada entre os versos do próprio Chrétien de Troyes, moldando a obra desse escritor de sorte a redundar no princípio da terceira continuação. Destarte, “*a versão ‘completa’ resultante de Perceval ou le conte du Graal, de qualquer forma em que lemos, é, como não surpreende, propícia a contradições e confusões*” (tradução nossa)⁵. Se aquilatada com a rigidez dos versos originários de Troyes, a continuidade dessa primeira versificação mostra-se mais complexa, menos articulada, estando subjacentes diversas interpolações, como o caso do conto de *Carcados*, que pode ser vislumbrado como um enredo autônomo em relação às narrativas do Graal (Barber 2004: 28).

Esta primeira versão do *Perceval ou le conte du Graal* foi redigida sob os auspícios do conde Felipe, de Flandres, e evidências indicam que a primeira versão continuadora guarda relações com a Burgúndia ou a Champanha em princípios do século XIII, atingindo a Picardia e a região de Paris apenas décadas mais tarde. A segunda versão, atribuída a Wauchier de Denain, provavelmente foi composta para Joana, a neta do conde Felipe de Flandres, entre 1212 e 1244, para a qual já havia dedicado alguns escritos, bem como algumas hagiografias a seu tio, o conde de Namur. A terceira versão seria redigida por Manessier, tão incógnito como Wauchier de Denain, possivelmente para a mesma destinatária, como narrativa de legitimação de sua pretensão ao trono de Flandres, questionada por um nobre que se pretendia seu pai. A corte senhorial dos condes flamengos desenvolveu a tal grau o mecenato que Richard Barber

incorre na afirmação, algo temerária, de que o *roman* redigido por Chrétien de Troyes era reputado “propriedade da família governante”⁶, em virtude das associações dinásticas (Barber 2004: 29). A propósito, um manuscrito da terceira versão, sem o prólogo e os versos finais, teria sido composto para João II de Avesne, que clamava o trono de Flandres no século XIII, com vinculações linhageiras referidas ao imperador romano-germânico, mais que à casa dinástica francesa.

Por outro lado, o autor da quarta versão permite-se conhecer melhor, em função de outros escritos que o notabilizaram, como o *Roman de la Violette*, dedicado à condessa de Poitou, entre 1227 e 1229. Trata-se de Gerbert de Montreuil, que Barber supõe frenqüentador da corte régia em Paris e, de forma muito indiciária, um agente social da cultura intermediária, que “*parece ter tido um pé em ambos mundos, clarical e aquele dos menestréis e dos saltibancos*” (tradução nossa)⁷, esses últimos em estreito contato com a cultura popular. Convém observar, por fim, que esse primeiro ciclo de versificação da Matéria da Bretanha, atribuído a Chrétien de Troyes e seus continuadores, ainda não contém referências ao Santo Graal, salvo uma breve linha na terceira versão, de Manessier.

A denominada *Vulgata da Matéria da Bretanha* representa, com efeito, a primeira prosificação pela qual passou o espólio anterior em versos, ao redor de 1220. A *Vulgata* abrange a seqüência narrativa das novelas *Estoire du Graal*, *Lancelot du Lac* (*roman* redigido em três livros, que ocupa mais de metade do primeiro ciclo dos escritos medievais arturianos), *La Queste del Saint Graal* e *La Mort le roi Artu*. Com efeito, detectou-se que *Lancelot du Lac*, *La Queste del Saint Graal* e *La Mort le roi Artu* foram redigidos antes de *Estoire du Graal* e *Estoire de Merlin*, cabendo a primazia cronológica ao primeiro (Megale 2001: 47, 48).

Consoante expõe Heitor Megale, a constituição plena do *Ciclo da Vulgata* exigia a redação das *Suites* ao *roman* sobre o Mago Merlin, com as necessárias acomodações para tornar coerentes as novelas. Esse primeiro ciclo de prosificação denominou-se também Ciclo do *Lancelot-Graal*, o que desvela a fusão das massas narrativas pertinentes ao Cavaleiro Lancelote, mais antiga, a ao Santo Graal, posterior. A propósito, a narrativa relativa a Lancelote não figura no *Ciclo da Post-Vulgata*. O Ciclo do *Lancelot-Graal*, conheceu incontáveis cópias que geraram uma abundante tradição manuscrita no Ocidente europeu medieval, o que atesta, à evidência, uma difusão ímpar, sem qualquer paralelo imaginável, da *Matéria da Bretanha* no universo medieval. No Ciclo da Post-Vulgata, a *Estoire du Graal* substitui-se, como *roman* inaugural do ciclo, por *O Livro de José de Arimatéia*.

O *Ciclo da Vulgata* logrou ser identificado a um só autor ou compilador, apesar da improbabilidade de se deverem todas as novelas a uma pena solitária. Esse escriba seria Gautier Map, porém já há tempos é denominado Pseudo-Map, pois já era falecido tal personagem quando da primeira prosificação. O compilador ocultou-se sob seu nome para atrair, em procedimento assaz comum para a Idade Média, seu prestígio e a aceitação futura de seus manuscritos. O que se logrou averiguar, posteriormente, foi a autoria da *Estoire du Graal* e da *Estoire de Merlin*, atribuída a Robert de Boron.

Desde a primeira prosificação, percebe-se uma diretriz ideológica de cristianização de seu conteúdo, o que conduz Paul Zumthor, em seu *Essai de poétique Médiévale*, a pensar em uma *scriptura* virtual comparável àquela dos livros componentes da Bíblia, asseverando, com extrema pertinácia, que todos os *romans* de fins do século XII e do XIII representam uma forma de reinterpretação da Bíblia. Em virtude da alegoria, o que Megale conclui é que a Matéria da Bretanha adaptou-se a diversos cânones estéticos e influxos religiosos, de modo que os heróis são orientados para a demanda do Graal como metáfora da graça cristã, havendo uma contraposição entre o inicial *ethos* cavaleiresco e o ascetismo de heróis como Galaat e Persival. De acordo com Megale, o processo de cristianização já se vislumbra desde a *Estoire du Graal*, que se reputa proveniente das palavras do próprio Deus, por meio de um livro que

Cristo haveria cedido às cópias. Neste esteio, a *Estoire de Merlin* mescla as aventuras da corte de Artur aos milagres de Cristo. *A Demanda do Santo Graal*, por sua vez, associaria mitos celtas da Bretanha à moral cristã e a uma vivência acentuada da fé em Cristo, isto a tal ponto que Albert de Pauphilet contempla em *A Demanda do Santo Graal do Ciclo da Vulgata* um verdadeiro arquétipo da existência cristã, a partir das idéias de um espírito monástico, que acalenta ascetismo e misticismo guerreiro e das ordens militares, sendo, para esse escritor, um *roman* da Abadia de Cister (Megale 2001: 49, 50).

Entretanto, o *Ciclo do Lancelot-Graal* ostenta, antes mesmo de *A Demanda do Santo Graal*, o mais profano dos romances de cavalaria, o *Lancelot du Lac*, cujo protagonista exalta a cavalaria e se conduz contra seus princípios heróicos e virtuosos, ao tornar-se amante da rainha, instaurando uma dupla fidelidade a Artur e Guinevere. Esse encaminhamento atinge seu clímax em *La Mort le Roi Artu*, que recupera os valores cristãos determinando a culpabilidade e a sanção aos amores clandestinos de Lancelot e a Rainha. O triângulo amoroso ensejado pelo amor entre a Rainha e Lancelot, compatível com a tradição de poligamia vigente entre celtas e alamanos, não poderia resistir, como resulta óbvio, às invectivas clericais para tornar as narrativas do *Graal* um corpus doutrinário cristão. Mesmo não eliminado a presença do adultério e do próprio cavaleiro Lancelot, é emblemático que o último perdesse a centralidade de que fruía no primeiro ciclo de prosificação da Matéria da Bretanha, proeminência que se passa a predicar a Artur e Galaat, no *Ciclo da Post-Vulgata*.

Com efeito, houve uma expressiva redução no *Ciclo da Post-Vulgata* com a eliminação completa da matéria narrativa relativa a Lancelote, ao passo que *A Demanda do Santo Graal* e *A Morte do Rei Artur* foram acoplados em um único volume, reduzindo-se a matéria do derradeiro. O *Livro de José de Arimatéia* encerra praticamente o mesmo conteúdo da versão da *Estoire du Graal*. Essa segunda prosificação, inicialmente atribuída a Robert de Boron, fez-se conhecer como *Ciclo do Pseudo-Boron* ou da *Post-Vulgata*. Richard Barber pondera que a matéria narrativa concernente ao Graal pode ter sido uma interpolação advinda de outro compilador, o que ratifica a sugestão de Heitor Megale de que, conquanto parte inicial do enredo arturiano, *A Demanda do Santo Graal* é posterior à *Estoire du Graal* e à *Estoire de Merlin*. A *Estoire du Graal* e a *Estoire de Merlin* forjam uma introdução coerente ao principal *roman*, *A Demanda do Santo Graal*. O mencionado historiador aduz ainda outro argumento, afirmando que o liame entre as novelas não elidiu completamente suas contradições. A *Estoire de Merlin* compunha o ciclo de prosificação de Rober de Boron, a que subjaz uma coerência narrativa entre as novelas acerca de Artur e do Graal, o que confirma que o ciclo de prosificação ducentista deve-se mesmo a um Pseudo-Boron, como evidenciou Heitor Megale. Mais uma menção propedêutica ao Graal ocorre em *Lancelot du Lac*, provavelmente fruto de outra interpolação tardia. Nesse *roman*, institui-se, pela primeira vez, a aventura cavaleiresca para descobrir-se quem é o virtuoso cavaleiro digno do Graal (Barber 2004: 71, 72).

A narrativa referente a Merlin recria a história da Britânia, desde o nascimento de Merlin até o de Artur, enfatizando a vitória sobre o poderio romano. Já a *Estoire du Graal* apresenta um longo prólogo às aventuras arturianas, permeado por menções a trompetes e tambores. A narrativa versa sobre o próprio Cristo. Em 707 d.C., um eremita é surpreendido por uma visão de Jesus, que lhe concede um livro, diminuto como a palma de uma mão, mas continente das maiores maravilhas jamais vislumbradas. O próprio Senhor enuncia que “*não se terá qualquer dúvida que não seja solucionada por este livro. Dentro estão Meus segredos, que coloquei com Minha própria mão...*” (tradução nossa)⁸. Enfim, seguindo-se um aroma doce, uma melodia maviosa, e uma visão apocalíptica que intercalava brilhos súbitos e escuridão, um anjo apresenta ao eremita as maravilhas afiançadas por Cristo, com sentido que vincula a Teologia da Eucaristia com aquela relativa à Santíssima Trindade. O ermitão guarda o livro à chave, mas o mesmo desaparece na manhã subsequente. Uma voz misteriosa o incita

a partir em demanda pelo livro, durante a qual seria guiado por um animal maravilhoso e transitaria por muitas aventuras. O livro seria então localizado em uma ermida remota, onde havia um possesso, que o cavaleiro eremita exorcisa com as faculdades taumátúrgicas do livro. O conto acerca do Graal inicia-se neste ponto, com o retorno do cavaleiro a sua caverna, para iniciar o trabalho de cópia do livro. (Barber 2004: 65).

Ao inverso de Chrétien de Troyes e seus prosseguidores, Robert de Boron projeta a ênfase de sua narrativa sobre a figura do Santo Graal, introduzindo-se a personagem José de Arimatéia como primeiro modelo de herói do Graal, em virtude de sua aparição nos Evangelhos como *decurio*, título militar designativo, posteriormente, de “conselheiro”. Essa condição de José de Arimatéia viu-se elidida na *Vulgata* de São Jerônimo (cerca de 324 d.C.), e apesar de a mesma ser a base de consulta para Robert de Boron, interessa notar como o herói seria convertido em modelo para o estrato dos cavaleiros, destinatários ideais das novelas de cavalaria. A tradição cristã que se seguiu à tradução do Novo Testamento eclipsou o liame. O princípio da narrativa de Boron já alude à trajetória do Santo Graal, desde a mesa do Santa Ceia, de que foi retirado por um dos judeus que aprisionaram Cristo, passando por sua entrega a Pôncio Pilatos, que o concede a José de Arimatéia, já que nada desejava conservar de Jesus. O sangue de Cristo na crucificação seria então recolhido de seus ferimentos, quando o corpo foi retirado da Cruz e lavado. José de Arimatéia foi preso quando o corpo de Cristo desapareceu, durante a Ressurreição, porém seria libertado pelo próprio Senhor, que portava o cálice e lhe afirmou ter ressurgido de entre os mortos. O cálice foi, então, entregue a Arimatéia, com a ordem de que se celebrasse uma missa em honra da Crucificação (Barber 2004: 41).

Robert de Boron introduz, de modo inaugural, o nome *Graal*, a partir de um diálogo entre Pedro e seus discípulos, em que o Apóstolo responde à indagação de como denominar o cálice que maravilha a todos e alivia toda dor. Richard Barber aponta para uma possível relação entre o verbo francês *agreer* (“deliciar”, “agradar”) e o vocábulo *Graal*, contando com sonoridade bem próxima no francês medieval. Outra referência ao nome *Graal* procede do Mago Merlin, ao encorajar Uther Pendragon, o pai de Artur, a encontrar a Távola Redonda. Com efeito, Cristo já se havia referido a essa terceira mesa do Graal no diálogo com José de Arimatéia, re-significação sacramental da primeira mesa, a da Santa Ceia, e da segunda, aquela dos seguidores de José de Arimatéia e, depois, de São Pedro. De maneira emblemática, haverá um assento desocupado à Távola Redonda, que apenas poderia ser destinado ao mais virtuoso cavaleiro dentre todos, e que tenha estado em presença do Graal. A conexão entre a terceira mesa e o Cálice de Cristo será revelada a Artur, em sua coroação, por Merlin, ao enunciar que o rei de Logres não poderia, de per si, cumprir seu destino de tornar-se Imperador Romano.

Outrossim, tratando-se aqui de uma faina de História da Cultura, não de Teoria Literária, torna-se imperativo assinalar a adequação do roman como forma expressiva às realidades econômicas, jurídicas, políticas e sociais do século XIII. Neste sentido, Erich Auerbach observa que a épica cortesã denota não apenas uma idealização absoluta do cavaleiro cristão e suas aventuras, como um cerimonial faustoso e uma ordenação consuetudinária interna ao estrato guerreiro. O referido autor considera tratar-se de uma reação aristocrática à perceptível crise funcional do próprio estamento, coetânea ao reflorescimento urbano e comercial, não sendo ao acaso que Chrétien de Troyes, que habitou a Champanha das seis feiras mercantes e depois Flandres, testemunhou a ascensão política e econômica desta camada urbana de artesãos, fabricantes, banqueiros e mercadores, genericamente identificados como burgueses (habitantes dos burgos, as cidades medievais), o que paulatinamente desafiaria a hegemonia social dos *potentes* laicos (Auerbach 2001: 134).

Como oportunamente observa Dieter Kartschoke, essas metamorfoses essencialmente induzidas pelo universo urbano e a inter-relacionada expansão da economia feudal, seja no

aspecto agrário ou mercantil-financeiro, implicariam avatares profundos nas formas de ordenação social e política, bem como nas relações econômico-produtivas e nas expressões da sensibilidade coletiva, das formas históricas de pensar e agir das sociedades européias da Idade Média Central. Essas transformações estão patentes nas obras escritas de então, vinculadas a uma re-significação das concepções salvílicas e sacramentais. Trata-se do momento histórico de uma reformulação geral da sociedade feudal, o que implicou a progressiva diferenciação da nobreza ante os demais estamentos e, em seu interior, a singularização da pequena nobreza cavaleiresca (Kartschoke 2000: 202). Esse processo de diferenciação atinge também as formas de expressão da religiosidade e espiritualidade concretas, em que se conhece o aparecimento de ordens monásticas como a de Cluny (fundada em 910 d.C.), Cister (1089) e dos Cartuxos (1084), dos Premontenses e Agostinianos. O século XIII testemunharia o surgimento das ordens mendicantes, grupos religiosos essencialmente urbanos e itinerantes (Dominicanos e Franciscanos).

Assinale-se que o franqueamento da pertença eclesial aos leigos, nos institutos de conversos que circundavam os mosteiros e conventos, corresponde a uma reordenação da hegemonia da nobreza laica por meio da construção de um direito feudal, em grande medida consuetudinário, e da disciplina clerical das querelas feudais, por meio da instituição da Paz de Deus e da Trégua de Deus. Dieter Kartschoke assevera que, à estabilidade das ordens clericais, dos centros urbanos e administrativos e mesmo das comunidades religiosas, opõe-se uma fundamental mobilidade social, em sentido local, principalmente no universo urbano, e também hierárquico. A nobreza cessa de se apresentar como camada social hermética, incorporando, no decurso do século XIII, a cavalaria como sua função primordial. Percebe-se, igualmente, a ascensão de camadas intermédias, como os ministeriais, servidores que progressivamente se acercavam dos nobres, apesar da não chancela social correspondente por parte da nobreza tradicional (Kartschoke 2000: 206).

A aristocracia originária precisaria, doravante, legitimar-se justamente por intermédio do culto à origem, o que explica os livros nobiliárquicos coevos. Cunharam-se ancestrais místicos, bem ao ensejo daquilo que Jacques Le Goff caracteriza como *reação folclórica* da nobreza laica, para resistir às investidas evangelizadoras e pastorais da aristocracia clerical. Para tanto, os senhores feudais e príncipes valeram-se de um vasto espólio ancestral celta, greco-romano e germânico, que nunca cessou de ser cultivado e transmitido pela oralidade, configurando parcela importante do imaginário de *pauperes e potentes*, mesmo dos eclesiais. Deste resgate ancestral, surgiram entes como a Melusina, muitas vezes identificada à linhagem senhorial borgonhesa de Lusignan.

Os autores até agora estudados referendam a tese celta da procedência dos mitos arturianos, porém se faz necessário conceder voz a um brilhante e inaudito trabalho que, sem dúvida, abalará a certeza, acalentada até nossos dias, de que, efetivamente, Merlin seria um mago druida, portanto, essencialmente, o protótipo cristianizado do sacerdote céltico.

II. AS ORIGENS REVISITADAS: LOGRES, REINO ALAMANO.

Por outra vertente analítica, os antropólogos culturais norte-americanos Scott Littleton e Linda Malcor problematizam a concepção de que os mitos arturianos seriam a derradeira contribuição celta para a civilização ocidental. Ambos reconhecem a presença incontestada de elementos célticos nas narrativas concernentes ao Graal, a Artur e aos cavaleiros da Távola Redonda, como se evidencia no nome da ilha mágica para a qual o rei é conduzido pela fada Morgana após as batalhas de Salober e Ganzestre, quando é ferido por Mordred, seu sobrinho: Avalon, a “ilha afortunada” ou “ilha das maçãs”. Também seria temerário denegar a raiz celta

do nome de Uther Pendragon, pai de Artur, que significa “glorioso comandante das tropas” em galês (Littleton 2000: xv).

A partir da tênue constatação de que as novelas de cavalaria ostentavam nomes, patronímicos ou geográficos, como *Artur*, *Lancelot*, *Percival* ou *Logres* e *Camelot*, desprovidos de etimologias diretas nos idiomas contemporâneos da Europa, com a cooperação de complexos programas de computador, Littleton e Malcor perceberam que tais substantivos próprios relacionavam-se com vocábulos recorrentes nas canções ou sagas *Nart*, ainda existentes no seio de populações remotas e iletradas do Cáucaso. Littleton e Malcor analisaram a homologia entre os heróis da Matéria da Bretanha e personagens como *Soslan* (*Sozryko*), *Syrdon*, *Xaemyc* e *Satana*. As sagas descreviam a contenda entre os clãs *Nart* para decidir a quem competiria a tutela da copa mágica, denominada *Nartamongae* (“Reveladora dos Narts”). Littleton e Malcor asseveram que, conquanto ainda não referida ao cálice crístico da Santa Ceia, a *Nartamongae*, exatamente como o Graal, jamais está desprovida de alimento e sempre se manifesta, em festejos, perante o mais valoroso guerreiro, oculto de todos os demais (Littleton 2000: xxviii). Esses contingentes caucásios conservam relações de parentesco cultural e lingüístico com os povos de matriz indo-européia, e o percurso que introduziu seus antepassados comuns na Europa observou-se perscrutado pelo etnolingüista russo Sergei Rudenko, estudioso do Vale de Parzainik, na Sibéria. Convém ressaltar que as sagas *Nart*, cujo florescimento data do primeiro milênio antes de Era Cristã, parecem perfazer um espólio cultural comum entre populações indo-européias atuais do Cáucaso e outras de matriz não indo-européia, como circácios, usbeques ou abkhazes (Littleton 2000: xix).

Vinculado aos lingüistas da Escola de Tartu⁹, Rudenko logrou identificar, em toda a extensão eurásiana, monumentos funerários dedicados aos líderes clânicos, que denominou *kurgans*, que, não por acaso, resguardam similitudes com os pagodes budistas. Rudenko identificou tratar-se de uma civilização arcaica, constituída de cavaleiros e amazonas extremamente hábeis¹⁰, cujo processo de domesticação e seleção genética de cavalos se deu pela adaptação do animal a solos gramíneos e macios, na região do Mar de Sebastopol (atual Ucrânia), há cerca de quatro mil anos. Há algo como mil anos, esses guerreiros selaram e arrearam o cavalo, tornando-o principal armamento bélico de auxílio à infantaria. De sua familiaridade e destreza ímpar na manipulação de cavalos, a cuja companhia eram habituados desde a infância, adveio o mito dos centauros e amazonas no imaginário helênico, que a cerâmica identificava como seres do norte. Desta ancestralidade decorre, por exemplo, o nome *russo*, com o sentido de “proveniente do norte” ou “branco” (*rukhs*, em almano), reproduzindo-se a etimologia no nome da esposa alana de Alexandre Magno, *Roxanne*, ou em *Roxalani*, uma tribo alana oriunda do planalto do atual Irã (Littleton 2000: xvii).

Com efeito, os alanos provieram da região do Cáucaso e o termo Alânia parece indicar, ao viso de John Colarusso, da McMaster University (Ontário), em seu Prefácio ao mencionado livro de Littleton e Malcor, uma região outrora pertencente ao Império do Khazar, desaparecendo como unidade política ao influxo das penetrações mongólicas, para ressurgir, posteriormente, com as populações da Ossétia, no século XIII. Os alanos e seus parentes circácios, daguestãos e chechenos atuaram como fronteira humana para que as hordas mongóis não invadissem a Europa mais a ocidente¹¹. Uma nova unidade política pode ser vislumbrada novamente quando as populações de origem alana se reagrupam na Ossétia, incorporada como protetorado ao Império Russo em 1774, hoje esparzidas pelo sul da Rússia e Geórgia. Em 1922, a região adquiriu estatuto de domínio autônomo na então República Socialista da Geórgia (União Soviética), passando, em 1924, a ser parte da República Soviética da Rússia e, em 1936, para a condição de região autônoma da Rússia soviética (Littleton 2000: xviii)¹²

Sua compleição física era similar ao fenótipo europeu setentrional, sendo geralmente louros e de olhos azuis, tanto quanto se consegue inferir das evidências arqueológicas e

lingüísticas (Littleton 2000: xv). Os assírios os denominavam cimérios, ao passo que os gregos do período arcaico os denominavam citas, passando a referir-se aos mesmos como sarmacianos, finalmente alcunhados alanos pelos romanos. Apesar da economia eminentemente nômade, fundamentada no pastoreio do cavalo e apenas mais recentemente¹³ sedentarizada, suas lápides fúnebres e gravuras com motivos eqüestres indicam maior proximidade em relação às culturas mediterrâneas da Antigüidade Clássica, distanciando-os de outras formações sociais transumantes, como os hunos, turcos ou mongóis, bem como dos atuais iranianos, de ascendência persa.

Seus homens e mulheres eram versados no manuseio de arcos, armaduras e cavalos, apropriados a sua condição transumante¹⁴. Em seus cultos às divindades e aos ancestrais, reuniam-se ao redor de fogueiras e, em copas sagradas, que continham o sangue sagrado dos ancestrais, sorviam o sangue de seus sacerdotes e anciãos. Em suas práticas litúrgicas, as espadas sagradas e copas eram reputadas artefatos de deuses, e as primeiras eram fincadas ao solo ou em árvores, ou precipitadas em lagos (como ocorre com *Excallibur*) haurindo seu potencial divino, justamente, das potências naturais. Para o que concerne ao escopo do presente texto, compete ainda assinalar que os alanos são convocados por Marco Aurélio para integrar as legiões romanas do *Limes* em 175 d.C., principalmente para enfrentar os celtas, também versados nas artes eqüestres, no norte da Gália e na Britânia, destarte substituindo os godos, outrora aliados aos romanos (*foederati*). O exército romano já contava com 8000 cavaleiros sarmacianos da tribo *Iazyge*. De fato, 5500 *cataphracti* sarmacianos (cavaleiros guarnecidos por rígidas armaduras) foram enviados da Panônia à Britânia na mesma data¹⁵. Consoante estudos do polonês Tadeusz Sulimirski, os descendentes desses cavaleiros germânicos lograram sobreviver, ao menos até o século IV da Era Cristã, portando uma identidade étnica singular, na colônia de veteranos militares (*uicus*) fundada no posto de cavalaria avançada *Bremetennacum Veteranorum*, situada nas cercanias da atual vila de Ribchester (sul do condado de Lancashire, Inglaterra). Seu primeiro comandante foi o general da VI Legião Romana (*Victrix*), Lucius Artorius Castus, aquartelado em Eboracum (atual York) e encarregado de proteger a Britânia. O general liderou as guarnições de *cataphracti* também em incursões pela Gália e Armórica, justamente a região de cultura celta identificada por Heitor Megale como centro de irradiação da saga arturiana. Tal guarnição seria registrada, em fontes como a *Notitia Dignitatum*, como *numerus Sarmatorum* ou *cuneus Sarmatorum*. Muitos destes soldados adotaram cognomes como *Castus* ou *Lucius*, transmitidos à sua prole, ao adquirirem a cidadania romana, tal a intensidade de sua “idolatria” pelo *dux bellorum* (Littleton 2000: 63).

Em 406 d.C., levas migratórias substanciais de alanos, ou alamanos (que deriva *alan man*, ou homem alano), adentraram o Império Romano do Ocidente, fundindo-se étnica e culturalmente com as populações celto-romanas ou apenas celtas presentes em seu território. Seu ingresso em terras ocidentais observou-se animado pela identificação do paraíso telúrico, *Bei Urgan*, a um vasto mar de relva a oeste, que espelharia o mar de estrelas do firmamento.

O itinerário que vincula esta cultura oral dos alamanos às novelas de cavalaria da Idade Média Central apenas se permite compreender sob o signo da hibridação cultural e étnica que conformou a base comum da cultura européia, forjada por um processo de etnogênese de longa duração, evidente a partir de fins da Primeira Idade Média, sobretudo no século VII da Era Cristã. Doravante, necessita-se perscrutar o trajeto que conduz as sagas *Nart* das montanhas caucasianas para o continente europeu e sua inserção na cultura oral das populações celtas e na cultura letrada romana, a partir da apropriação mito-poética do general romano Lucius Artorius Castus, que enfrentou os contingentes de pictos e caledônios do norte da Britânia (atual Escócia), portanto invasores de além da Muralha de Adriano, na batalha de Badon Hill (185 d.C.).

O percurso intelectual de Littleton e Malcor, que implicaria a hipótese da *conexão sarmaciana*, iniciou-se com a problematização etnolingüística do étimo *Lancelot*, que Littleton por longo tempo considerou céltico, referido à expressão *Lance à Lot*, alusão ao deus guerreiro celta Lug, que manuseava uma lança. As inelutáveis similitudes entre Lancelot e o herói Batraz¹⁶, das sagas *Nart*, ensejaram os antropólogos a pensar o étimo como *Alanus à Lot*, ou “o Alano de Lot”, localidade na Gália com considerável contingente alamanos¹⁷. Para sugerir a associação entre a *Nartamongae* e o próprio Santo Graal, Linda Malcor considerou os relatos de que um grupo de alanos, aliados aos visigodos de Alarico, teria assaltado a Basílica de São Pedro durante o saque a Roma em 410 d.C., levando, dentre outros objetos um cálice, possivelmente associado, pelos cristãos primevos, a uma relíquia da Santa Ceia, bem como reportado, por parte desse contingente ainda pagão de alanos, à própria *Nartamongae*. Malcor aventa, inclusive, a possibilidade de que tal cálice possa ter sido transportado para o sul da Gália, região constantemente referida aos mitos do Graal, havendo-se evadido logo após (Littleton 2000: xxix, xxx).

Outrossim, sugere-se que o conceito do Santo Graal efetivamente adveio do planalto do Irã, principalmente a partir dos escritos de um comentador de nome Alanus, figura da Idade Média Central (1170) que afirma ser o Rei Artur mais conhecido para as populações da Ásia Menor que para as britânicas. Não por acaso, o século XII é um período caracterizado pelas peregrinações armadas ao Oriente, as Cruzadas, destacando-se a Segunda Cruzada (1147 a 1149), pregada por São Bernardo de Claraval e comandada pelos reis Luís VII da França e Conrado III, do Sacro Império Romano-Germânico, bem como a Terceira Cruzada (1189 a 1192), a “Cruzada dos Reis”, de que participaram o rei inglês Ricardo Coração de Leão, Felipe Augusto da França e Frederico I, o Barba Ruiva, do Sacro Império Romano-Germânico, em reação à reconquista de Jerusalém pelo sultão Saladino em 1187.

Neste lastro, não seria insensato ponderar a hipótese de eruditos que concebem que os cavaleiros possam ter travado algum contato com as sagas alamanas em plagas médio-orientais. Todavia, os indícios arqueológicos e lingüísticos apontam para outra direção. Os mitos arturianos permitem entrever um cerne almano (portanto germânico), com um invólucro celta e romano originado da hibridação cultura tardo-antiga e medieval entre as mencionadas culturas, mediada pelo Cristianismo, em regiões de intensa presença alana, como a Gália e a Britânia, não sendo mero acaso a difusão de códices arturianos, com epicentro na abadia galesa de Glastonbury, identificada por Heitor Megale.

Doravante, deve-se analisar, de modo mais minudente, a trajetória cultural destes exímios cavaleiros que impregnariam o imaginário ocidental com a memória de suas armaduras, elmos, lorigas, cotas de malha, espadas e brasões. Como já anunciado, os helenos arcaicos referiam-se à região caucasiana de proveniência dos alanos como Cítia, descrita como um grande mar de gramíneas, que se estendia dos Montes Urais até a planície da atual Hungria. A região, efetivamente, seria ocupada por correntes imigratórias originárias do grupo indo-iraniano, subgrupo da família indo-européia. Como bem asseveram Littleton e Malcor, o termo *cita* adquire conotação abrangente para todas essas levas nômades do planalto do Irã, como se evidencia na obra de Heródoto (Littleton 2000: 03).

Sob o prisma arqueológico, pode-se datar a primeira corrente migratória cita para o ocidente de 1800 a.C., com percurso evidenciado por uma cultura material funerária caracterizada por artefatos de madeira. A segunda migração, realizada a cavalo, ocorrida em cerca de 1100 a.C. Ao passar pelo norte do Ponto Euxino, incorporou algumas culturas sedentárias, também indo-européias, que então seriam identificadas como citas agricultores. Uma terceira horda partiu da Sibéria austral entre 600 e 550 a.C., transitando para o Mar Negro até a região da atual Bulgária. Seus contemporâneos pertencentes ao mundo antigo clássico aludiram a eles sob distintas denominações, como *Massagetas*, na região do Mar de Aral, *Sakas* no nordeste do planalto iraniano e oeste do atual Afeganistão, *Tissagetas* nos

Montes Urais. Heródoto referiu-se a eles, de forma genérica, como sauromatas¹⁸ e, depois, citas (Littleton 2000: 05).

As referências de natureza não arqueológica foram fornecidas pela terceira corrente migratória, havendo Heródoto discernido três estratos sociais entre esses citas: os *reais*, a elite de pastores nômades, os *guerreiros* e os *agricultores*, esses advindos da aculturação das populações sedentárias.

Para o escopo deste estudo, convém observar, no lastro de Littleton e Malcor, que os citas dominavam a montaria do cavalo, nisso se distinguindo dos celtas, que apenas o utilizavam como força motriz de suas carruagens. Os citas, entretanto, deslocavam-se por vastas distâncias em carros recobertos de tendas de feltro. Seus trajes bélicos abrangiam calças, armaduras de escamas e elmos cônicos, muito similares àqueles comumente identificados à cavalaria medieval, fenômeno que também se evidencia na homologia das armas, sobretudo da espada, lança e laço para combates próximos e o arco e flecha para embates à distância (Littleton 2000: 37). Resulta evidente o liame entre os cavaleiros do Medievo e os citas, vez que os legionários romanos, combatentes pedestres, empregavam dardos (*pilum*) e lanças de dimensão menor. As armaduras, compostas de escamas emendadas a uma túnica de couro, são retratadas na célebre Coluna de Trajano. De acordo com os antropólogos em pauta, mesmo o hábito cavaleiresco de identificar guerreiros por meio de emblemas e brasões, conformador da heráldica medieval, parece ter evoluído a partir das *tamgas* alânicas, símbolos sagrados de identificação clânica estampados em elmos, escudos e outros acessórios bélicos (Littleton 2000: 07, 08).

Outro aspecto notório, elucidativo da urdidura narrativa das novelas de cavalaria medievais, é o lugar social das mulheres nesta sociedade alana. As esposas acompanhavam os homens à guerra, razão pela qual originaram a lenda das amazonas no imaginário grego. Em termos religiosos, seu politeísmo abrangia sete divindades fundamentais, lideradas pela deusa Tabiti, que Heródoto denomina Héstia. Havia mesmo um deus da guerra, identificado por uma espada perfurando uma tora de madeira, que Heródoto designa por “Ares cita”. Don Bettyr, outra divindade, era provavelmente a força propiciatória do rio Don, que os helenos conheciam por Tanais, presidindo a fertilidade animal e vegetal. Relevante senha para a compreensão do papel simbólico das copas sagradas na mitologia sarmaciana permite-se entrever em seu mito de origem. O ser primordial, que Heródoto translitera como Targitaos, gera três filhos, aos quais atribui, do alto dos céus, três objetos áureos flamejantes: uma copa, um machado de batalha e um arado com arreios. Todavia, apenas o mais jovem, Kolaxaís, logrou ultimar a tarefa. Dele descenderam, pois, os citas reais (*Paralatai*), soberanos sobre os demais. O segundo filho, Lipoxaís, gerou os citas guerreiros (*Aukhatai*) e o primogênito, Arpoxaís, originou os citas agricultores (*Katiaroi* e *Traspies*). De fato, como salientam Littleton e Malcor, copas e demais objetos dourados são elementos recorrentes na arte gráfica cita, sobretudo se moldados em forma de animais (Littleton 2000: 11).

Os contingentes alamanos liderados por Lucius Artorius Castus¹⁹, como já referido, pertenciam ao clã ou tribo dos Iazyges, que já haviam atravessado o rio Don em cerca de 200 a.C. e atingido o norte da Panônia entre 20 e 30 d.C. O período primevo de sua presença no *Limes* romano (de 20 a 160 d.C.) caracterizou-se por relações cordiais com os romanos, restando-se os alamanos de invadir o território imperial e servindo, ocasionalmente, como legionários do exército romano²⁰. No entanto, já em 92 d.C., ocorre um primeiro confronto com os romanos, relativo ao saque perpetrado contra a província romana da Moésia, repetindo-se a penetração na Dácia, ao sul do Danúbio, auxiliados pelo clã ou tribo dos Roxolani, que invadiram a região a leste. Vencidos pelas tropas do imperador Adriano, renderam-se a Roma e celebrou-se um tratado de paz por cinquenta anos. O período intermediário de permanência almana nas cercanias da Panônia Superior (160 a 260 d.C.) caracterizou-se pela penetração consistente nas fronteiras do Império, em 169 d.C.

Derrotando-os, o imperador Marco Aurélio os recruta para as hostes romanas, consoante já explanado, e adquire o epíteto de *Sarmaticus*, empregado nas moedas cunhadas com sua efigie. A paz foi proposta pelo próprio líder do clã lazyge, a quem Dio Cassius refere-se como Zanticus, quando de sua capitulação, no acampamento do imperador (Littleton 2000: 18).

Outrossim, a partir do registro *Annales Cambriae* (960-980 d.C.), atribuído a Nennius, Littleton e Malcor assumem a hipótese de que o “Artur” histórico seria um líder militar (*dux bellorum*) desta colônia de *Bremetennacum Veteranorum* que conduziu contingentes alamanos e celtas a resistir à invasão da Britânia romana pelos anglo-saxões, na transição entre os séculos V e VI²¹. Atribui-se a esse contingente militar a vitória sobre os invasores na Batalha de Badon Hill, datada por Nennius de 518 d.C. Gildas, uma testemunha evocada por Malcor e Littleton, data a célebre batalha de cerca de 495 a.C. Outra referência à resistência celto-romana e alamana aos anglo-saxões seria o poema épico *Gododdin*²², que narra uma expedição fracassada de celtas à região de Yorkshire, nas cercanias de Catterick (Littleton 2000: 23).

Assinale-se que a rara ocorrência do nome *Alan* e seus derivados na Grã-Bretanha antes da conquista normanda, com a Batalha de Hastings (1066), sendo recorrente nos domínios continentais dos Plantagenetas (Angevinos), ensejou a percepção de que tal frequência deveu-se ao mais antigo estabelecimento dos contingentes alamanos, sobretudo de Iazyges, na Gália romana, como já se observou. A análise etimológica e onomástica de *Alan* e seus derivados (como Ailan ou Ellaini), faculta o reconhecimento de um nexos imediato com os alamanos. Não por acaso, as referências ao “grande alano de Gallowy” (*groot Alanus de Galweia*), na Escócia, ocorridas em uma versão do poema épico holandês *Fergus*, reportam-se ao *sheriff* dos condados de Northumberland e York, de nome Brian FitzAlan, cujos descendentes, herdeiros de sua função política, revezavam os nomes entre Brian FitzAlan e Alan FitzBrian (Littleton 2000: 25). De forma muito indiciária, monges do domínio continental dos Plantagenetas dedicaram uma cópia do Perlesvaus, o “mais alânico dos textos acerca do Graal”, ao mesmo *sheriff* (Littleton 2000: 25, 26). Procurou-se objetar, entretanto, que, antes mesmo do período normando, nomes de santos como Alan em Northumberland ou Alun em Gales já podiam ser identificados e decorreriam de étimos gaélicos como o verbo *allan* (derivado de *gallan* e significando “poder”, “ser capaz”), ou o termo *alena* (“oriundo deste lugar”), ambos praticados no dialeto celta da Cornuália. Todavia, observa-se que o nome Alun decorre do celta *alun* (“harmonia”), não se relacionando a Alan, ou a *Elainus*, como registrado na Muralha de Adriano (Littleton 2000: 47).

A característica cultural de que os alamanos vislumbravam a guerra como sua profissão essencial e aceitavam pugnar ao lado de quem lhes outorgasse maior vantagem foi, como já se evidenciou, muito útil para o exército romano, que poderia, destarte, contar com um hábil contingente de cavalaria. Os generais romanos temiam, sobretudo, a tática alana da falsa retirada, que consistia em cavalgar de costas para a cabeça do animal e, enquanto o mesmo se distanciava dos inimigos, atirar flechas nas hostes adversárias. Entretanto, não apenas como *cataphracti*, senão também como *laeti*, colonos militares incumbidos de controlar as hordas ditas bárbaras no *Limes*, os alanos tornaram-se essenciais para a estratégia de conservação da *Pax Romana*. Na península itálica, sobretudo a partir da convocação de vastos contingentes alanos para habitar as terras do império, em 406 d.C., por parte do Imperador Honório, os romanos impulsionearam um processo de sedentarização desses germânicos, o que redundou em sua assimilação e romanização. Littleton e Malcor afirmam mesmo que muito de sua destreza guerreira fíndou por perder-se, o que implicou também a redução de seu valor para Roma, na condição de *laeti*. O mesmo percurso observou-se em regiões como a Gália e a Hispânia, em que a penetração alamana não apenas alterou as culturas locais, senão que os mesmos logo se adaptaram, casando-se com mulheres romanas ou celtas e aprendendo seu idioma. Todavia, suas tradições culturais não se perderam, e

mesmo os alamanos já cristianizados nomeavam seus filhos *Goar*, aludindo ao líder alano pagão do século V, com intensa recorrência.

Justamente à época de Honório, os alanos estabelecidos na Panônia Superior cruzam o rio Reno em 31 de dezembro de 406, acompanhados por vândalos (tribos Asdling e Siling) e suevos. A partir de então, os alamanos dividiram-se em dois grupos: um primeiro, sob comando de Goar, que oferta seus préstimos militares a Roma, e um outro sob Respendial, que se recusou a aliar-se aos romanos e, com seus acólitos vândalos, saqueou Trier, Reims, Amiens e Arras entre 406 e 407 d.C. Constantino III, que havia usurpado o trono imperial na Britânia em 407, autorizou os alanos favoráveis a Roma a assentarem-se na Gália, na região do Vale do Loire, mas precipitou os alanos de Respendial para a Hispânia, atravessando os Pireneus. Ainda no lastro de uma investigação onomástica, interessa ressaltar que o nome *Goar*, com variantes gaulesas como *Goeric*, encontra-se na origem de *Hector*, o cavaleiro meio-irmão de Lancelot e, muito mais significativo, na raiz de *Eothar*, o outro nome do rei Artur em algumas fontes continentais relativas às aventuras do Santo Graal²³.

O próprio Constantino III, usurpador da Britânia (assassinado em 411 d.C.) figurou nas narrativas do Graal como avô de Artur. Contava-se que gerou três filhos, Constâncio, Ambrósio e Uther. O primeiro, com votos monacais, foi recrutado para liderar as tropas do pai no continente, vindo a falecer sob um líder de nome Vortigern. Os demais irmãos, educados pelo rei Ban no continente, retornam à Britânia para reclamar sua herança, usurpada pelo homicida de Constâncio. Com efeito, houve um general romano Ambrosius Aurelianus, que assume posição de poder na Britânia após o óbito de Constantino, antecedendo um certo Riothamus, possível fonte histórica para a gesta de Artur (Littleton 2000: 51).

Ademais, era habitual que os generais romanos, a exemplo de Aécio²⁴, empregassem contingentes alamanos, havidos por aterradores para as populações romanas²⁵, para obstar avanços de hostes visigodas e revoltas de *bagaudas*, descendentes de escravos de Roma ou celtas, ou celtiberos, que atuavam como saqueadores ao norte da Hispânia. A própria cristianização da Gália e da Britânia pode ter sido influenciada pelos contingentes alamanos nas duas áreas. No século V, Cassiano retorna da região da Cítia Menor (atual Dobruja, entre a Romênia e a Bulgária) e funda um monastério próximo à Igreja de São Victor, na Gália, assaz conformado de acordo com tradições alamanas de seus primeiros monges. Foram tais religiosos, influenciados pela coeva doutrina de Santo Agostinho, os responsáveis pela evangelização da Britânia em 597 d.C. Os missionários, dentre os quais se podem destacar os alamanos conversos, fizeram-se acompanhar, provavelmente, por mercenário da mesma cepa. Malcor e Littleton supõem, inclusive, que tal itinerário pastoral possa haver suscitado as lendas acerca do advento de José de Arimatéia na Britânia, vindo de Marselha, levando consigo o próprio Graal.

Ao converterem-se ao Cristianismo, diversos anciãos alamanos adentraram monastérios, como modo de re-significação do hábito ancestral de os filhos matarem os pais em idade provecta, já que se considerava desonroso atingir esse estado, sendo glória fenecer em batalhas. Tratava-se, se não mais de um óbito físico, de um desaparecimento em relação ao mundo exterior. Como ponderam os mencionados eruditos, mesmo a célebre missão de São Patrício para evangelizar a Irlanda (463 d.C.) contou com monges alamanos, e os mesmos retornaram à Gália acompanhados por tradições celtas com que travaram contato, em cerca de 600 d.C., trajeto que seria novamente perseguido por beneditinos anglo-saxões em cerca de 740 d.C. Importa, ademais, constatar que o próprio São Patrício nasceu em uma vila romana ao norte da Britânia, denominada Bannaventa Burniae ou Barnavem Taburiae. Após escapar aos piratas que o haviam seqüestrado na infância e transportado para a Irlanda, dirigiu-se para um monastério na Gália, possivelmente articulado em torno desses alamanos idosos conversos à vida monacal.

Aos alanos estabelecidos na Gália, o general Aécio outorgou o direito de *agri deserti*, permitindo-lhes exercer a função de publicanos de Roma na área. As crônicas que registraram os assentamentos alanos e sua prática de desterro dos habitantes romanos ou celtas, ou celto-romanos, que se recusassem a partilhar sua propriedade fundiária, são vultuosas, não apenas pelas características distintivas dessa cultura e sua vasta população na Gália, com sede principal em Orléans, como talvez por alguns cronistas terem sido, eles próprios, alamanos.

O mesmo general Aécio, consoante constatam Littleton e Malcor, permitiu a Goar estabelecer-se na Armórica (Bretanha)²⁶, região de procedência dos compiladores dos poemas épicos do Ciclo da Vulgata do Santo Graal, destacando-se a figura de Robert de Boron e do Pseudo-Gautier Map, sem falar nas novelas de cavalaria do século XII, da lavra de Chrétien de Troyes²⁷. Para a cidade de origem desse último rumaram os alamanos sob o comando de Sangiban, que assume a liderança em Orléans, quando as hostes de Goar partem para a Armórica²⁸.

O sucessor de Aécio, general Egídio, prossegue com a estratégia de empregar alamanos em suas tropas contra outras hostes invasoras, como os francos em 450 d.C., com armamento fornecido a partir de Soissons. Sob liderança de Childeric, os próprios francos aliaram-se a Roma para derrotar os visigodos, mas o novo rei franco, Clóvis, combateria e venceria Syagrius, filho e sucessor de Egídio, apoderando-se do forte de Soissons. De acordo com os próprios cronistas francos, a política merovíngia em relação aos alamanos da região caracterizou-se pela dubiedade, havendo Clóvis mesmo comandado contingentes alanos em 490-491 a.C. na já então denominada Bretanha. Malcor e Littleton ressaltam que os merovíngios favoreceram a ascensão de conselheiros palacianos de origem alamana, que os próprios monarcas carolíngios seriam de ascendência idêntica, por meio de Arnulf, parente de Goar (Littleton 2000: 33).

No século VI, verificou-se mais uma corrente migratória germânica em direção à Bretanha, com os contingentes germanos ou celtas incorporados como servos ou vilões livres na estrutura social da área, cuja hegemonia pertencia aos grandes proprietários fundiários do período romano, muitos dos quais alamanos. Sua influência sobre a cavalaria bretã e normanda não pode ser olvidada, justamente por suas contribuições como o pônei das estepes e o cão de caça, que a nobreza guerreira medieval empregaria, também, em seu entretenimento predileto, a caça. Sob o prisma da cultura letrada, convém assinalar que, em pleno século XII, as cortes principescas, como a da célebre Leonor da Aquitânia (um nome de derivação alamana), referem-se a Artur como figura histórica. Por exemplo, a crônica em latim da lavra de Etienne de Rouen, *Draco Normannicus*, afirma que Artur e Henrique II se correspondiam para discutir a quem competiria a soberania sobre a Bretanha, que Artur avocava. Ao final, assim como ocorre com Lancelot nos *romans* do Graal, ambos monarcas partilham o reino, ocupando Henrique II a posição de vassalo de Artur, detentor direto de direitos feudais sobre a Bretanha. Como ponderam Malcor e Littleton, tal passagem ilustra a prática política de os alamanos permitiram-se governar por outros povos, como romanos ou mesmo os francos merovíngios, desde que detivessem fisicamente as terras que ocupavam (Littleton 2000: 37).

No que concerne à futura Europa de língua alemã, a Récia e a Nórícia foram ocupadas por contingentes alanos oriundos da Gália austral, sob comando do general Estilício, um godo-romano, que havia empregado tropas de hunos, alanos e godos (comandados por Sarus) para derrotar Radagaisus (442 d.C.). Consta que, até o século VI, esses alanos permaneceram com suas crenças religiosas tradicionais e seu idioma. Aliado ao rei visigodo Alarico, Estilício pretendia expulsar da Gália os vândalos e alamanos comandados por Respendial, estabelecendo bases em Mainz e Estrasburgo. Os povos acima seriam expulsos para a Espanha por Constantino III e esse último, derrotado e decapitado pelo Imperador Constantino em 408 d.C. Athaulf, cunhado e sucessor de Alarico, pretendia cumprir ainda o

plano de Estilício, mas seria derrotado em Bazas (414 d.C.), sendo o usurpador da Britânia auxiliado por parte dos alamanos de Goar contra os visigodos, seus antigos aliados, resgatando a regente Galla Placidia, mantida em cativeiro pelos mesmos. Sob o comando do romano Gerontius, os alamanos leais a Roma permitiram àqueles de Respendial escapar para a Hispânia. Seus comandados possivelmente se fundiram às populações celto-romanas da área e tornaram-se membros da nobreza. As relações de proximidade, marcadas por alianças e rupturas, entre godos e alanos levaram Santo Isidoro de Sevilha a atribuir aos godos da Espanha e Gália origem sarmaciana. Alguns alanos vieram mesmo aos vândalos de Gaiserico, na invasão da África Proconsular romana.

Ainda no século VI, as famílias alamanas assumiram bispados na região dos Alpes, incluídos na categoria de aristocratas romanos terra-tenentes, colmatando o vácuo de poder político central quando da fragmentação do Império Romano do Ocidente (476 d.C.). A aristocracia alamana ocupou posições de governo, civil ou eclesial, na região da Gália e na Récia e Nórica, até mesmo no período em que se compilaram as lendas arturianas.

Mesmo na Roma do Oriente, os alamanos exerceram influência sobre a sociedade imperial, sendo bélico o primeiro contato, em que godos e alanos assaltaram o imperador Valêncio (378 d.C.). Na parcela oriental do Império, houve inclusive um monarca de ascendência germânica, Maximiano, o Trácio (235-238 d.C.), de pai godo e mãe almana, bem como líderes militares da relevância de Vitaliano, “o Cita”, falecido em cerca de 518 d.C. Seu primo, o monge almano Leontinus, liderando alguns correligionários, atravessou Constantinopla em 519 d.C. e notabilizou-se pela adoção da intitulada fórmula cita, que procurava reconciliar a teologia canônica do Concílio da Calcedônia (451 a.C.) e as teses monofisistas, proclamando que *Unus ex Trinitate passus carne*, ou “uma das pessoas da Trindade fez-se carne” (Littleton 2000: 39).

Importa ainda ressaltar que um imperador romano do Oriente, Leão I, sucessor de Valentiniano III e outros tantos monarcas instáveis, figurou nas narrativas arturianas como aquele que obstou as reivindicações de Artur à coroa da Roma do Ocidente.

Para concluir, ressalte-se, no solo reflexivo construído por Linda Malcor e Scott Littleton, que mesmo que algumas tribos celtas, principalmente os Cotini, tenham travado contato com as tribos germânicas das estepes na região do rio Danúbio no século V a.C., seria bastante improvável que o vetor de transmissão dos motivos arturianos se houvesse processado dos celtas para esses germânicos, que então elaborariam as sagas *Nart* com influência celta. Já se cogitou, por outro lado, que a Matéria da Bretanha poderia ter-se difundido pela região caucasiana, após sua inserção no universo alemão no século XII, quando missionários dominicanos rumaram para as regiões da atual Armênia, Azerbaijão, Turquestão e mesmo Índia e China. A improbabilidade desta versão resulta, todavia, evidente, se comparada à brilhante investigação arqueológica, onomástica, histórica e lingüística efetuada por Scott Littleton e Linda Malcor (Littleton 2000: 43).

III. A SAGRAÇÃO DE ARTUR: REI DOS ALAMANOS

Ao redigir seu *Roman de Brut* (1155), o normando Wace afirmava que as informações que obtivera acerca da Távola Redonda advieram dos bretãos, a par de vislumbrar como verdade parcial o que então se narrava sobre Artur e o Graal. Assevera mais: os relatos parecem fabulosos por haverem os contadores de estórias desejado adornar demais os feitos verídicos. No primeiro *roman* do ciclo arturiano, *Le chevalier de la charrette*, situa-se a corte de Camelot na Bretanha. Outra fonte já aludida, os *Annales Cambriae*, descrevem a Batalha de Camlann, vinte e dois anos após o triunfo de Artorius sobre os anglo-saxões em Badon Hill (datada de 518 d.C. pelos medievais). No século XIII, quando da prosificação das novelas de

cavalaria que orbitam o tema do Graal, um copista de nome Albericus Trium Fontium refere-se a Riothamus, que haveria sido rei dos bretões entre 454 e 470 d.C., personagem também mencionada nos Anais de Salzburgo (século XIII), por Martinus Polonus (cerca de 1275), por Jacques de Guise (em fins do século XIV) e, finalmente, por Philippe de Vignuelles (1525) (Littleton 2000: 61).

Outra fonte identificada por Heitor Megale como portadora de referências a Artur, a *Historia Regum Britanniae*, proveio da lavra de um galês, Geoffrey of Monmouth, talvez originário da Bretanha, que clamava haver escrito com base em *auctoritates* como Nennius, o Venerável Beda ou Gildas, a par de um livro escrito “em língua britânica”, que estaria traduzindo, entregue por Archdeacon Walter. Consoante ressaltam Littleton e Malcor, o contributo fundamental de Monmouth para a gesta mítica de Artur seria sua caracterização – inaugural – como conquistador galês contemporâneo do imperador romano do Oriente Leão I (457 a 474 d.C.). Algumas fontes não aventadas por Megale, porém citadas por Littleton e Malcor, são a *Historia Anglorum* (ca. 1129), de Henry of Huntingdon, que situa o reinado de Artur entre 527 e 530 d.C., e o *Chronicon Montis Sancti Michaelis in Periculo Maris*, que associa o rei à data de 421 d.C.

Como aludido no item precedente, parece mesmo ter havido uma personagem histórica sobre quem a figura de Artur observou-se gerada e desenvolvida, o general romano Lucius Artorius Castus, militar que servira na Panônia Superior e, comandando alamanos do clã Iazyge, fundou a colônia de *Bremetennacum Veteranorum*, após vencer, temporariamente, as hordas de pictos e caledônios. Ao ser nomeado *Procurator Centenarius* de Liburnia, na Dalmácia, escoltou o imperador Sétimo Severo até a Gália, em 196-197 e combateu contingentes britânicos, provavelmente incluindo antigos soldados de sua guarnição. Seu lugar seria ocupado, em seu antigo acampamento militar, por Riothamus, que Malcor e Littleton acreditam ter contribuído para a figuração do rei Artur. Sobrevive uma missiva de Sidônio para Riothamus e um monge de Uriscampum sugere, em 1175, que se trata do próprio rei Artur.

O nome de Riothamus, significando antes o título de “grande rei” que uma referência patronímica, encontra-se na obra de Geoffrey of Monmouth, contraposto ao imperador romano Leão, que contava com um acólito almano, Aspar. Riothamus supostamente celebra um tratado de aliança com Leão, mediado por um nobre bizantino, Anthemius, em 467-468 d.C. O rei bretão dirigiu-se então para a Gália com doze mil homens, travando batalhas contra os saxões nas cercanias de Angers, no Vale do Loire, ocupou Berry e Bourges. Em represália, o governador imperial da Gália, Arvandus, recrutou aliados visigóticos do exército de Eurico (466-484 d.C.), propondo dividir a Gália com os burgúndios. Apesar de aliados Riothamus e Leão, as populações gaulesas os vislumbravam como oponentes, já que havia tropas almanas aliadas a Eurico, e associadas no imaginário coevo à elite imperial romana, e as Crônicas de Anjou referem-se ao traidor do rei britânico como Morvandus, provavelmente uma fusão de Mordred, o sobrinho desafiante de Artur, e Arvandus.

As hostes de Eurico, em sua marcha em direção à Burgúndia, derrotam fragorosamente as de Riothamus, antes que Syagrius, o general romano que substituiu Egídio na Gália, pudesse auxiliá-lo. Após tal batalha, Riothamus seria fatalmente contundido, precisando retirar-se de Bourges em 469-470 d.C., o que pode ter, efetivamente, suscitado a narrativa mítica da retirada de Artur para Avalon, não apenas nome da ilha afortunada das maçãs celta, porém da cidade para onde o Riothamus histórico se teria evadido.

A ilha de Avalon pode ser uma metáfora para o forte romano de Avallana, localizado junto à Muralha de Adriano, pouco distante de outra fortaleza romana, Camboglanna, possivelmente transformada em Camlann, a batalha em que Artur foi mortalmente ferido. É muito indiciário que Avallana estivesse construído sobre as águas do rio Solway. Após a batalha, Artur teria rumado, ferido, para um palácio siciliano onde suas feridas se reabririam

anualmente (Gervásio de Tilbury, ca, 1211). Em outras narrativas, o rei habita, com seus cavaleiros, uma cavidade no vulcão Etna, mesmo destino do herói Sozryko nas canções Nart (Littleton 2000: 68).

Máximo, que se proclamou imperador na Britânia m 383 d.C., havendo capturado a própria *Urbs* romana, viu-se retratado no *Mabinogion* como esposo da princesa britânica Elen, e doador da Armórica a seu irmão Cynan (que a Legenda Sancti Goeznovii identifica a Conan Meriadoc, ancestral mítico da casa aristocrática de Rohan), também influenciou para a caracterização de Artur.

Outrossim, um manuscrito do século XIII, atribuído a Nennius, apresenta uma etimologia para *Artur*: significaria *ursus horribilis*, que deriva do celta *artos*, “urso”, indicando uma vinculação ao deus urso galês, Artio. Outras possibilidades de etimologia céltica são coligidas por Littleton e Malcor, como “pedra” em irlandês (*art*), “martelo” em galês (*arth*, que também pode referir-se a “urso”). De toda forma, identifica-se a raiz indo-européia *ar*, que se reporta a “arado”, o que indicaria uma associação entre Artur e o deus agrícola celta Artaios, identificado a Mercúrio pelos romanos (Littleton 2000: 72).

CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

Neste momento, cumpre asseverar que, conquanto efetivamente apropriada pela cultura celta, que lhe outorga nomes e motivos inegáveis, a Matéria da Bretanha trai origens alamanas, portanto germânicas. Não se pode olvidar, entretanto, que a gesta do imaginário arturiano deve-se a uma hibridação cultural entre romanos, germânicos e celtas, mediada pela religião cristã e pela Igreja enquanto instituição, cuja matéria-prima adveio da cultura oral almana. Todavia, não se poderia cogitar de um imaginário arturiano sem a dialogia entre escrita e oralidade que caracterizou aquilo que se convencionou nominar Idade Média.

O Ciclo Arturiano não se teria compilado e fincado raízes tão profundas na mentalidade ocidental, senão pela interpolação de elementos culturais de matrizes outras que não a germânica, como se evidencia pelo gênero narrativo das novelas de cavalaria. Com efeito, o *roman*, enquanto repositório privilegiado para os motivos ancestrais presentes às canções ou sagas *Nart*, apresenta-se como gênero narrativo advindo da tradição erudita das epopéias romanas e das canções de gesta da Alta Idade Média (séculos IX a XI), que exaravam outros motivos que não os do Graal ou do Rei Artur e sua corte de cavaleiros, reunidos ao redor desta terceira mesa sacramental do Santo Graal que é a Távola Redonda.

Enfim, a hibridação entre o mencionado espólio erudito de matriz romana e mesmo alto-medieval, de que também proveio o dito gênero historiográfico, e os elementos folclóricos da cultura popular, camponesa e urbana, cultivadores da tradição almana, não se teria efetivado senão pelo trânsito ou circularidade existente entre a cultura medieval de alto repertório (cultura letrada erudita) e as expressões folclóricas da cultura popular oral. Essa dialogia foi possibilitada pela existência de atores sociais que Jean-Claude Schmitt denomina *híbridos*, que transitam entre os dois registros culturais, sobretudo os membros do baixo clero, os goleardos, segréis, menestrais, mesmo alguns trovadores da pequena nobreza.

BIBLIOGRAFIA

AUERBACH, E. *Mimesis: Dargestellte Wirklichkeit in der abendländischen Literatur*.

Tübingen: Francke Verlag, 2001.

_____. *Literacy, Language and its public in late Antiquity and in the Middle Ages*.
Princeton: Princeton University Press, 1993.

- BAJTIN, M. *La cultura popular en la Edad Media y en el Renacimiento: el contexto de François Rabelais*. Madrid: Alianza Editorial, 2005.
- BAKHTIN, M. *Esthétique et théorie du roman*. Paris: Gallimard, 1978.
- BARBER, R. *The Holy Grail: imagination and belief*. Cambridge: Harvard University Press, 2005.
- CURTIUS, E.R. *Europäische Literatur und Lateinisches Mittelalter*. München und Bern: Francke Verlag, 1978.
- KARTSCHOKE, D. *Geschichte der deutschen Literatur im frühen Mittelalter*. München: Deutscher Taschenbuch Verlag, 2001.
- LITTLETON, S. and MALCOR, L. *From Scythia to Camelot*. New York: Routledge, 1994.
- ONG, W. *Orality and Literacy: the technologizing of the word*. New York: Routledge, 1982.
- ZINK, M. Literatura(s). In: LE GOFF, Jacques. SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: Edusc, 2002.
- ZUMTHOR, P. *La lettre et la voix: de la "littérature médiévale"*. Paris: Editions du Seuil, 1987.

NOTAS

¹ “Il n’y a pas, dans l’histoire littéraire du monde, de phénomène plus frappant que cette conquête poétique de l’Europe romane et germanique par un petit peuple obscur, méprisé, chassé au-delà des mers ou refoulé dans un coin de son ancien domaine, et imposant à ses vainqueurs, ou à des peuples à qui son nom même était inconnu, son idéal et ses héros, la musique où s’exprimait son âme et les rêves où il avait cherché les joies de son imagination et la consolation de ses douleurs” (Megale 2001: 28).

² “All die vielen Schlösser und Burgen, Kämpfe und Abenteuer der höfischen Romane, insbesondere der bretonischen, sind Märchenland, denn sie erscheinen vor uns jedesmal wie aus dem Boden gewachsen; ihr geographisches Verhältnis zur bekannten Erde, ihre soziologischen und wirtschaftlichen Grundlagen bleiben unaufgeklärt.” (Auerbach 2001: 127).

³ “Chrétien was not a member of some inward-looking scholarly circle, but the chronicler of the world of the newly emerging class of knights, whose praises he sang and whose ideals he to some extent invented.”

⁴ A maior parte dos manuscritos conservaram-se em códices que contém os escritos atribuídos a Chrétien de Troyes (cerca de 19 mil linhas) e as continuações, que variam entre 37 mil e 42 mil linhas.

⁵ “The resulting ‘complete’ version of The Story of the Grail, in whichever form we read it, is not surprisingly prone to contradictions and confusions.” (Barber 2005: 28).

⁶ “Property of the ruling family.” (Barber 2005: 29).

⁷ “(...) and seems to have had a foot in both the clerical world and that of the minstrels or jongleurs”. (Barber 2005: 29).

⁸ “(...) Nor will you have any doubts that will not be set straight by this book. Inside are My secrets, which I Myself put there with My own hand.” (Barber 2005: 65).

⁹ Dentre os membros do círculo lingüístico sediado em Tartu, em território então soviético, que abrangia vultos ilustres como Boris Uspensky, Yuri Lotman ou Dmitri Likatchev, destacam-se, nos estudos de cultura popular da Idade Média Mikhail Bakhtin e Aaron Gurevitch.

¹⁰ Como assinala um historiador romano do século IV d.C., Ammanius Marcellinus, os alamanos consideravam profundamente desprezível caminhar a pé (Littleton 2000: 26).

¹¹ John Colarusso sustenta, ainda, que o termo *alano* pode ser um derivado de *ariano*, praticado no nordeste do planalto do Irã.

¹² De acordo com a estimativa ofertada por John Colarusso, no mesmo Prefácio, as populações descendentes dos antigos alanos dividiram-se e originaram várias etnias caucasianas, situadas entre o Mar Negro e o Mar Cáspio. De cerca de cinquenta e seis grupos étnicos habitantes dessa área, trinta e seis parecem autóctones.

¹³ As populações da Cítia desenvolveram intensa mercancia de peles e ouro com as civilizações do Mediterrâneo, delas recebendo bens manufaturados.

¹⁴ Ammianus Marcellinus descreve a vida itinerante dos alamanos em suas carruagens, onde praticavam a poligamia e educavam sua prole.

¹⁵ Tais informações foram registradas em *Historia Romana*, do romano Dio Cassius, redigida em cerca de 225 d.C..

¹⁶ Esse herói das canções *Nart* também se assemelha a Artur em seu fenecimento.

¹⁷ Observe-se que os nomes alânicos normalmente perdiam suas vogais iniciais ao tornarem-se nomes neo-românicos, como ocorreu com Lancelot.

¹⁸ O vocábulo *sauromata* designa “povo de lagartos”, em alusão ao principal totem desta comunidade, uma flâmula, acoplada a um mastro, ostentando uma serpente. Não por acaso, a imagem do dragão exercerá profundo impacto sobre a saga arturiana (Littleton 2000: 13).

¹⁹ Os *cataphracti* de Artorius, desejando adquirir a cidadania romana, mantiveram-se enquanto grupo singularizado perante as populações bretãs da região de Eboracum.

²⁰ Os alamanos lutaram ao lado de um vassalo de Roma, o rei suevo Vannius (50 d.C.), e serviram ao imperador Trajano na anexação da Dácia, entre 85 e 88 d.C., razão pela qual sua destreza militar era louvada por Roma.

²¹ Lucius Artorius Castus teria servido, originalmente, como centurião na III Legião Gálica na Síria, passando para a VI Legião *Ferrata*, na Judéia, na II Legião *Adiutrix* no Danúbio e a V Legião Macedônia, na Dácia.

²² O poema, que se permite conhecer apenas por um manuscrito do século XIII é atribuído a um certo Aneirin, da Escócia Central.

²³ Mesmo o Rei Eurico (reinando em 467 d.C.), dos Visigodos estabelecidos na Hispânia, pode trair origens ou ligações alamanas, pois seu nome também deflui de Goar.

²⁴ Ao ser assassinado por determinação de Valentiniano III, em 454, Aécio fazia-se acompanhar por dois acólitos próximos, Optila e Thraustila, identificados genericamente como bárbaros, que vingariam seu homicídio.

²⁵ Convém revelar que Aécio preferiu empregar os burgúndios do Reno na Sapaudia (Savóia), ao invés dos alanos (443 d.C.) por serem os primeiros menos atemorizantes que os últimos.

²⁶ Sua penetração apenas seria obstada por um bispo de nome Germanus, de Auxerre, em 445-446 d.C. O mesmo faleceu no trajeto para Ravenna, onde pretendia apresentar sua petição para deter os alamanos à regente imperial, Galla Placidia, meia-irmã de Honório e governante em nome de Valentiniano III.

²⁷ Um autor referido por Littleton e Malcor, o francês Jean Markale, erudito poeta, acredita que os manuscritos arturianos podem ter-se difundido a partir da abadia de Paimpont, nas cercanias de Camp des Rouets.

²⁸ A hegemonia dos alamanos na Bretanha pode ser ainda evidenciada pelos nomes de seus governadores, como Alan, o Grande, que derrotou os normandos invasores, e seu descendente, Alan, o Vermelho, que pugnou na Batalha de Hastings. Com efeito, na região de Vannes, que se tornou um enclave galo-franco na Bretanha, os governantes também ostentavam esse nome e seus derivados, o que pode sugerir uma origem não referida ao País de Gales, senão às estepes orientais. Mesmo seu dialeto é mais galo-romano que os falados nas Ilhas Britânicas, aproximando-se do occitânico, o que parece indicar que tais governantes não seriam falantes nativos de gaélico.